



Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação
A Santander CCVM, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024 o lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R\$ 19 milhões,

correspondente a R\$ 0,66 por lote de mil ações. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 990 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R\$ 1.943 milhões, destacando-se R\$ 701 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 692 milhões por Outros Ativos Financeiros. O passivo total está representado, principalmente, por Outros Passivos Financeiros, no montante de R\$ 782 milhões e R\$ 122 milhões referente a Outros Passivos.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander CCVM na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander CCVM informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela

PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a Santander CCVM confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Outros Assuntos
A Santander CCVM, em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não-Circulante		1.942.651	1.517.783
Disponibilidades	4 & 15.c	19.458	17.974
Instrumentos Financeiros		1.629.988	1.248.050
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	236.888	311.018
Títulos e Valores Mobiliários	6	701.046	631.209
Outros Ativos Financeiros	7	692.054	305.823
Outros Ativos	9	205.110	166.985
Ativos Fiscais		88.026	84.701
Corrente	8.a	36.854	32.902
Diferido	8.a	51.172	51.899
Investimentos		1	1
Outros Investimentos	1	1	1
Imobilizado de Uso		68	72
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		142	142
		(74)	(70)
Total do Ativo		1.942.651	1.517.783

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal
Saldos em 31 de dezembro de 2022		448.913	56.688
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Aumento de Capital com base em Reservas		30.814	-
Lucro Líquido		-	-
Destinações:			
Reserva Legal	12.c	-	1.439
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-
Saldos em 30 de junho de 2023		479.727	58.127
Mutações no Período		30.814	1.439
Saldos em 31 de dezembro de 2023		479.727	59.214
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Aumento de Capital com base em Reservas		16.711	-
Lucro Líquido		-	-
Destinações:			
Reserva Legal	12.c	-	934
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-
Saldos em 30 de junho de 2024		496.438	60.148
Mutações no Período		16.711	934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	Reservas de Lucros Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2022		423.040	(3.083)
Reservas de Lucros Estatutárias		-	(7)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	156
Aumento de Capital com base em Reservas		(30.814)	-
Lucro Líquido		-	-
Destinações:			
Reserva Legal	12.c	-	(1.439)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	(13.665)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	(13.665)
Saldos em 30 de junho de 2023		419.556	(2.934)
Mutações no Período		149	(570)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		437.224	(570)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	(4.570)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	69
Aumento de Capital com base em Reservas		(16.711)	-
Lucro Líquido		-	-
Destinações:			
Reserva Legal	12.c	-	934
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	(8.871)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	(8.871)
Saldos em 30 de junho de 2024		438.255	(5.071)
Mutações no Período		1.031	(4.501)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional
A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2024, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.

b) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Negociação e Intermediação de Valores
De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.
A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.

e) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f) Outros Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

h) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Santander CCVM de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Santander CCVM e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e está apresentado na Nota 18. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece critérios específicos para reconhecimento do superávit do plano de benefício definido, considerando fatores como a probabilidade de benefícios futuros para os participantes e a capacidade da entidade.

Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por

entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes enuro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19.

o) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023
Disponibilidades	19.458	17.974	13.246
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	236.888	311.018	180.999
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 5)	236.888	311.018	180.999
Total	256.346	328.992	194.245

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	236.888	236.888	311.018
Posição Bancada	236.888	236.888	311.018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	236.888	236.888	311.018
Total	236.888	236.888	311.018
Circulante		236.888	311.018

6. Títulos e Valores Mobiliários			
a) Resumo da Carteira por Categoria e Abertura por Vencimento			
i) Abertura por Categoria			
	30/06/2024	31/12/2023	
	Valor do Custo Amortizado	Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	700.857	189	701.046
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	651.580	192	651.772
Ações de Companhias Abertas	74	(3)	71
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	49.203	-	49.203
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	700.857	189	701.046
Não-Circulante		263.994	137.716
		437.052	493.943

ii) Abertura por Vencimento			
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Títulos Disponíveis para Venda	49.274	214.720	351.977
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.274	214.720	351.977
Ações de Companhias Abertas	71	-	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	49.203	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	49.274	214.720	351.977

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado de Títulos de Renda Fixa	30.130	30.998
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.872	17.775
Resultado de Títulos de Renda Variável	(456)	(460)
Resultado de Cotas de Fundos	2.501	2.755
Lucros/Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	2.265	(2)
Total	46.312	51.060

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a Santander CCVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Os resultados informados na Demonstração do Resultado, são oriundos de operações ao longo dos exercícios de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		46.030	51.024
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	46.312	51.080
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(282)	(56)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		46.030	51.024
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		79.958	74.912
Receitas de Prestação de Serviços	14	80.366	68.455
Rendas de Tarifas Bancárias	14	163.205	159.166
Despesas de Pessoal	15	(87.822)	(68.573)
Outras Despesas Administrativas	16	(54.407)	(59.289)
Despesas Tributárias	8.d	(24.000)	(22.425)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17	2.616	(6.422)
Resultado Operacional		125.988	125.936
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		125.988	125.936
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.c	(3.107)	(18.070)
Provisão para Imposto de Renda		(2.336)	(19.798)
Provisão para Contribuição Social		(1.518)	(12.503)
Ativo Fiscal Diferido		747	14.231
Participações no Lucro		(104.205)	(79.097)
Lucro Líquido		18.676	28.769
NT de Ações (Mil)	12.a	28.135.346	28.135.346
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		0,66	1,02

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Lucro Líquido do Período </			



Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Imposto de Renda e Contribuição Social			
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	125.988	125.936	
Participações no Lucro	(104.205)	(79.097)	
Resultado antes dos Impostos	21.783	46.839	
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15%, respectivamente	(6.713)	(18.735)	
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	5.778	(585)	
Demaís Ajustes	-	1.069	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.107)	(18.707)	

d) Despesas Tributárias			
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	
ISS	12.234	11.451	
COFINS	9.887	9.316	
PIS/PASEP	1.612	1.523	
Outras	267	135	
Total	24.000	22.425	

9. Outros Ativos			
	30/06/2024	31/12/2023	
Devedores por Depósitos em Garantia			
Para Interposição de Recursos Fiscais	70.121	69.086	
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.612	3.533	
Para Interposição de Recursos Cíveis	2	2	
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 18.a)	7.583	11.253	
Rendas a Receber (Nota 13.c)	14	131	
Despesas Antecipadas	3.778	3.529	
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.420	3.667	
Precatórios	91.059	77.702	
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	28.291	837	
Outros	230	545	
Total	205.110	166.985	
Circulante	105.084	93.522	
Não-Circulante	100.026	73.463	

10. Outros Passivos			
	30/06/2024	31/12/2023	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 11.b e 11.c)	22.181	21.496	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 11.b)	3.199	3.162	
Provisão para Pagamentos a Efetuar (1) Sociais e Estatutárias (Nota 12.b e 13.c)	93.791	92.767	
Outras	-	2.991	
Total	122.186	123.299	
Circulante	20.755	22.290	
Não-Circulante	101.431	101.009	
Total Passivo	122.186	123.299	

⁽¹⁾ Em 2023 refere-se, principalmente a provisões para pagamentos a funcionários.

11. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 10)	22.181	21.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 10)	3.199	3.162
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.199	3.162
Total	25.380	24.658

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	21.496	3.162	-	48.914	2.739	-
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾ (2)	354	1.851	-	(28.080)	50	-
Atualização Monetária ⁽¹⁾	674	47	-	738	138	-
Baixas por Pagamentos	(343)	(1.861)	-	(16)	-	-
Saldo Final	22.181	3.199	-	21.556	2.927	-

⁽¹⁾ Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.
⁽²⁾ Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Nota Explicativa 17).

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes do principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, conforme descrito a seguir:

PIS e Cofins - O Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R\$ 31.203 (31/12/2023 - R\$ 30.474). Vide Nota Explicativa 8.b.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é: **IRPJ/CSLL - Dedutibilidade de tributos com exigibilidade suspensa** - R\$ 6.270 (31/12/2023 - R\$ 6.123) Auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por supostas dedutibilidades indevidas. Aguarda-se julgamento no CARF. Processo Administrativo encerrado com êxito parcial. Aguarda-se julgamento do processo judicial.

ISS - Instituições Financeiras - R\$ 4.510 (31/12/2023 - R\$ 4.290): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria. Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais, (2) ações de execução; e (3) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

PIS e Cofins - Desmaturalização das Bolsas - Cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta de ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei nº 9.718/1998. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 61.309.

IRPJ/CSLL - JCP - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por suposto excesso de dedução de JCP da base de cálculo dos tributos. Parte dos valores autuados se encerraram favoravelmente à Companhia. O remanescente aguarda julgamento em ação judicial. O valor envolvido atualizado é de R\$ 32.050.

Compensação Não Homologada - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 14.481.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$ 14.000 (31/12/2023 - R\$ 13.833) pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ. Em sentença, o pedido foi julgado totalmente procedente. Aguarda-se julgamento no Tribunal.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliadas no país.

Em 29 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 16.711 com base em Reservas, passando o capital social do valor de R\$ 479.727 para R\$ 496.438, totalmente subscrito e integralizado.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 30 de junho de 2024 não houve destaque de dividendos, em 31 de dezembro de 2023, houve o destaque de dividendos, no montante de R\$ 2.992, cujo pagamento foi realizado em 28 de maio de 2024.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral *ad referendum*, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023, fixado no valor máximo de R\$ 10 mil. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.279 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	01/01 a 30/06/2024		31/12/2023		01/01 a 30/06/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	19.458	-	17.974	-	19.458	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾ (Nota 5)	236.888	11.872	311.018	17.775	236.888	11.872
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos - Rendas e Receber (Nota 9)	14	-	131	-	14	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	28.291	131.495	838	128.260	28.291	131.495
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-
Dividendos a Pagar (Nota 10 e 12.b)	-	(2.992)	-	-	-	(2.992)
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽²⁾ (Nota 16)	-	(21.639)	-	(37.373)	-	(37.373)
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses (Nota 5).

⁽²⁾ Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A.

14. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2024		31/12/2023		01/01 a 30/06/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos	163.149	-	156.408	-	163.149	-
Corretagens de Operações em Bolsas	-	-	-	-	-	-
Serviços de Custódia	56	2.758	56	2.758	56	2.758
Outras Prestações de Serviços	2.975	542	2.975	542	2.975	542
Total	243.571	227.621	243.571	227.621	243.571	227.621

15. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2024		30/06/2023		01/01 a 30/06/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Remuneração ⁽¹⁾	48.025	41.976	48.025	41.976	48.025	41.976
Encargos	16.415	14.394	16.415	14.394	16.415	14.394
Benefícios ⁽¹⁾	23.260	12.187	23.260	12.187	23.260	12.187
Treinamento	122	16	122	16	122	16
Total	87.822	68.573	87.822	68.573	87.822	68.573

⁽¹⁾ Crescimento refere-se ao Santander AAA, o projeto visa a ampliação da base de clientes.

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024		30/06/2023		01/01 a 30/06/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Serviços do Sistema Financeiro	4.330	5.677	4.330	5.677	4.330	5.677
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 13.c)	21.639	37.373	21.639	37.373	21.639	37.373
Comunicações	267	146	267	146	267	146
Serviços Técnicos Especializados	21.777	7.663	21.777	7.663	21.777	7.663
Depreciações e Amortizações	4	-	4	-	4	-
Outras	6.370	4.430	6.370	4.430	6.370	4.430
Total	54.407	55.289	54.407	55.289	54.407	55.289